

# COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

REQUERIMENTO Nº , DE 2023

(Da Sra. Alice Portugal)

***Requer a realização de Audiência Pública da Comissão de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados para discutir o reajuste salarial dos servidores públicos federais.***

Senhor Presidente,

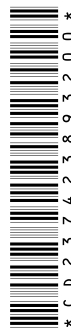
Os servidores públicos federais foram tratados como inimigos pelo governo Bolsonaro/Paulo Guedes ao longo dos últimos quatro anos. O execrável ministro da Fazenda chegou a dizer durante reunião ministerial que teve seus áudios vazados que iria “colocar uma granada no bolso dos servidores” e que eles ficariam sem qualquer reajuste salarial pelos próximos dois anos, o que de fato aconteceu.

Eleito e empossado o governo Lula, o tratamento mudou e, já em 16 de fevereiro último ocorreu a primeira reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), quando o governo federal encaminhou a proposta oficial de reajuste salarial para servidoras e servidores públicos federais de 7,8% sobre a atual remuneração, a partir de 1º de março de 2023. Os servidores reivindicam uma correção imediata de 13,5% e alegam os anos de defasagem em sua remuneração.

Na última semana, o governo propôs nova correção e acenou com 9% de reajuste a partir de 1º de maio para todos os servidores.

São seis anos sem reposição da inflação e quatro anos sem qualquer reajuste. Isso aponta para uma necessidade de recomposição salarial urgente.

Para a correção salarial dos servidores, o governo federal tem à disposição R\$ 11,2 bilhões — margem garantida pelo relator do Orçamento de 2023, o senador Marcelo



Castro — que, segundo o governo, seria o necessário para garantir a recomposição de 8% e o aumento em R\$ 200 do vale-alimentação dos servidores da ativa.

Para os representantes das entidades do serviço público se houver interesse do governo, há possibilidade de acomodar um percentual maior a partir de remanejamentos no orçamento e uso de reserva de contingência disponível para órgãos federais.

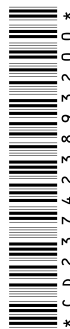
Após a primeira reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), realizada em 16 de fevereiro, o governo federal encaminhou a proposta oficial de reajuste salarial para servidoras e servidores públicos federais (SPF) de 7,8% sobre a atual remuneração, a partir de 1º de março de 2023.

Além dos 9% no salário linear para todos os servidores a partir de maio, o governo propõe um acréscimo de R\$ 200 no auxílio-alimentação. Assim, o valor do auxílio passaria de R\$ 458,00 para R\$ 658,00. Segundo o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, a proposta do governo tem impacto nos cofres de R\$ 11,2 bilhões, já previsto no orçamento deste ano.

O Congresso Nacional e, em especial, esta Comissão de Administração e Serviço Público tem o dever de discutir este tema. Para tanto, requeiro a Vossa Excelência, nos termos dos artigos 255 e 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública da Comissão de Administração e Serviço Público para debater a recomposição dos salários dos servidores públicos federais.

Requeiro ainda que sejam convidados para esta Audiência Pública as seguintes autoridades:

- 1- Ministra Esther Dweck , do Ministério da Gestão e Inovação dos Serviços Públicos;
- 2- Sr. Sérgio Ronaldo da Silva, Secretário Geral da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef);
- 3- Sr. João Domingos Gomes dos Santos, presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil;
- 4- Sr. Sérgio Eduardo Arbulu Mendonça, Secretário de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho;



- 5- Sr. Antônio Alves Neto, da Coordenação Geral do Sindicatos de trabalhadores e das trabalhadoras das Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil – FASUBRA.

Sala da Comissão, em        de        de 2023.

**Alice Portugal**  
**Deputada Federal – PCdoB/BA**

